

Algumas contribuições de Tulving

César Schirmer dos Santos
Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFSM
cesar.santos@ufsm.br
<https://mnem.xyz/>

1

A palavra “memória” tem dois significados relacionados, mas distintos. Por um lado, “memória” é algo que acontece, por vezes com um certo sentimento de *a-ha!*, quando você é bem-sucedido na sua tentativa de recuperar uma informação que você adquiriu no passado. Neste sentido do termo, memória é um evento. Por outro lado, “memória” é a capacidade de adquirir, armazenar, e recuperar informações através de vivências. É nesse sentido que dizemos que uma pessoa com Alzheimer pode ter problemas de memória, por exemplo.

Mas mesmo a noção de memória como capacidade (ou sistema) pode ser aprimorada. Isso se evidencia pelas teorias filosóficas e psicológicas. Parece que, por vezes, ao falar do poder de lembrar, diferentes pensadores falam sobre diferentes fenômenos. Bento de Spinoza, por exemplo, explica a memória a partir da associação de ideias (Espinosa 2015, parte 2, proposição 18). Por exemplo, camponeses e soldados tinham diferentes usos para os cavalos. Para o camponês, o cavalo era um instrumento para o plantio, mas, para o soldado, era uma arma. Assim, a percepção ou imaginação de um cavalo faz um agricultor lembrar da lavoura, mas faz um soldado lembrar da guerra. Esse exemplo evidencia que o que interessa a Spinoza é o mecanismo de associação de ideias que faz com que duas representações sejam conectadas em virtude de experiências que se deram no passado de cada um. Já William James (1890) explica a memória pelo sentimento de calor e intimidade que acompanha certas representações mentais. O que lhe interessa não é algum mecanismo da memória, mas sim *como é* lembrar – a fenomenologia da memória, alguns diriam. De modo que James se ocupa de algo diferente de Spinoza, mas ambos se ocupam das propriedades e poderes do sistema que nos permite lembrar. Dado que eles encontram diferentes propriedades, cabe perguntar:

Trata-se de um único sistema?

A esta pergunta, o psicólogo canadense Endel Tulving responde *não*, pois há razões para se acreditar que o poder de lembrar investigado por James merece ser considerado como sendo um sistema distinto de outros sistemas de memória. Tulving batiza esse tipo de capacidade de lembrar – a qual diz respeito à recuperação de informações sobre eventos localizados no passado pessoal – de *memória episódica*.

2

É seguro defender que há muitos tipos de memória, pois alguns tipos de lembrança são dados à consciência, mas outros não. Por exemplo, considere sua capacidade de usar o teclado de um smartphone. No início, era bem difícil, e pode ser desafiador ainda hoje. No entanto, quanto mais você usa, mais fácil fica, e essa facilidade aumenta mesmo que você não preste atenção ao processo de aquisição e aperfeiçoamento das habilidades motoras ligadas ao uso deste aparato tecnológico.

Na terminologia da psicologia contemporânea, esse tipo de memória sem algo dado à consciência é memória *procedural*.

Outros tipos de memória, no entanto, são tais que algo é dado à consciência. No tipo de memória abordado por Spinoza, a visão de um cavalo faz o agricultor lembrar da lavoura, e o soldado lembrar da guerra. O mesmo se dá no tipo de memória abordado por James, no qual certas representações mentais são acompanhadas de um sentimento de calor e intimidade. Na nomenclatura da psicologia contemporânea, memória com algo dado à consciência é memória *declarativa*.

Grosso modo, o que interessava a Spinoza é o que hoje se entende por *memória semântica*, e o que interessava a James é o que hoje se define como *memória episódica* – duas variedades de memória declarativa. Tulving se esforçou em tornar claro que o tipo de memória que interessa a Spinoza é diferente do tipo de memória que interessa a James. No caso de Spinoza, quando duas representações são registradas simultaneamente, então ter uma das duas em mente facilita a volta da outra à mente. É por isso que a visão ou imaginação de um cavalo fazia um agricultor lembrar do campo, mas fazia um soldado lembrar da batalha. Note que, neste caso, não precisa haver representação do passado envolvida, pois o que se dá é uma transição mecânica de uma coisa para outra coisa. No caso da memória que interessa a James, há sentimento de calor e intimidade exatamente por se dar a representação de algo que se apresenta à consciência como sendo do passado.

3

Considerando a história da psicologia contemporânea, o estudo científico da memória inicia com a publicação da obra *Sobre a Memória*, de Hermann Ebbinghaus (1885). O método de Ebbinghaus era simples, mas poderoso. Você mesmo pode aplicá-lo de maneira recreativa. Peça para alguém memorizar uma lista de sílabas que nada significam, como *vev*, *niz*, *rup*, *yec*, e *zbo*. Após um tempo, veja o quanto da lista é lembrada (elemento quantitativo), e considere se tanto faz, ou se faz diferença, se a sílaba sem sentido está no início, meio, ou fim da lista (elemento qualitativo).

Com este método, Ebbinghaus foi capaz de registrar (1) que a curva de esquecimento é tal que mais elementos da lista são perdidos no curto prazo, havendo uma estabilização da memória em seguida, e (2) que elementos do início e do fim de uma lista são mais fáceis de lembrar do que os itens intermediários.

Apesar dos avanços produzidos pelo método de Ebbinghaus, era evidente para Frederic Bartlett que seria preciso investigar, também, como a memória processa informação dotada de sentido. O método de Bartlett, no seu livro *Lembrar*, de 1932, consistia em apresentar para participantes na pesquisa uma narrativa que era dotada de sentido, mas era pouco usual, por ser um mito de uma tribo distante. Muito claramente, a abordagem de Bartlett evidenciou que, para lembrar, as pessoas realizam um esforço em busca de sentido (Bartlett 1995). Dado que o sentido depende da familiaridade (como mostra a teoria da memória de Spinoza, na qual cavalo significava lavoura para o agricultor, e guerra para o soldado), a evocação é tal que a informação evocada tende a ser diferente daquela que foi aprendida no passado. Ou seja, a memória é uma capacidade cognitiva que é *construtiva* em vez de preservativa.

Os maiores avanços na pesquisa da memória no século 20 se deram com o estudo do caso de Henry Molaison, o paciente HM. Nascido em 1926, HM passou por uma cirurgia em 1953 na qual foram removidos os hipocampos dos dois hemisférios do cérebro. O motivo da cirurgia foi o quadro de severa epilepsia de HM. Com várias crises a cada dia, HM simplesmente não podia levar uma vida normal. Após a cirurgia, o problema da epilepsia foi resolvido. No entanto, HM se tornou incapaz de formar novas lembranças ao estilo de James, com sentimento de calor e intimidade, e com muita dificuldade formou algumas novas associações (a memória ao estilo de Spinoza) e adquiriu novas habilidades motoras (a memória procedural).

HM era capaz de evocar lembranças de antes da cirurgia, mas não de depois. Assim, o caso do paciente HM deixou claro que o hipocampo é uma estrutura anatômica chave para a aquisição de novas memórias de eventos vivenciados. Essa situação abre espaço para uma investigação de natureza conceitual:

Como classificar o tipo de memória que HM perdeu após a cirurgia de retirada bilateral do hipocampo?

4

A cirurgia não afetou a fala, a inteligência, as sensações e as habilidades motoras de HM. Mas ele não formou nenhuma nova lembrança após a cirurgia. De 1953 até a morte, em 2008, HM esteve sempre congelado no tempo subjetivo. Nunca mais ele atualizou sua lembrança de si mesmo, o que lhe dava enorme desconforto ante espelhos que mostravam um idoso para alguém que se entendia como tendo vinte e tantos anos de idade. Nunca mais ele pôde continuar uma tarefa que, por algum motivo, tivesse sido interrompida, pois não lembrada de estar fazendo algo antes da interrupção. O caso do paciente HM era realmente intrigante. Mas o que, exatamente, HM perdeu?

Desde muito, havia razão para crer que há mais de um tipo de memória. Voltando aos casos já mencionados, Spinoza e James se ocupam da memória, mas não exatamente do mesmo fenômeno. O que o caso do paciente HM mostrava era, antes de tudo, que havia

vagueza no conceito de memória – um problema que precisa ser resolvido para se garantir resultados científicos claros e sólidos.

Ainda não havia clareza, nos anos 1970s, sobre como classificar diferentes fenômenos que eram tratados, indistintamente, como casos de memória. Essa é uma situação compreensível, pois uma ciência costuma iniciar com conceitos que não têm uma referência rigorosa.

Nas décadas anteriores aos 70s, o estudo do caso do paciente HM fez a comunidade científica focar no fato que é possível aprender novos conceitos sem ser capaz de lembrar da aquisição. Isso é curioso, pois aprendizado parece envolver aquisição, armazenagem, e evocação de informação – ou seja, memória. Como pode haver aquisição, armazenagem e evocação de informação sem (experiência de) lembrança? Talvez porque (1) a memória no sentido de aquisição, armazenagem, e evocação de informação seja uma coisa, e (2) a lembrança, no sentido de uma experiência, seja um fenômeno diferente.

O que indica que há mais de um conceito vinculado à palavra “memória”. Conceitos são individuáveis pelos seus papéis inferenciais. Isso porque quem domina um conceito é capaz de fazer movimentos cognitivos interessantes. Por exemplo, quem domina o conceito de *Brasília* é capaz de se mover cognitivamente para os conceitos de *Oscar Niemeyer*, *cidade*, *capital*, *país* e *Brasil* em vez dos conceitos (por exemplo) de *Mark Twain*, *livro*, *enciclopédia*, *capa dura*, *literatura* e *escrita*. Se há mais de um conceito de memória, isso significa que há mais de uma maneira de partir “deste” conceito e chegar a outras noções (ou de partir de outras noções e chegar “neste” conceito). Quando pensamos na memória ao estilo de Spinoza, estamos próximos do slogan *fire together, wire together*, pois o camponês pode se mover de cavalo para lavoura (e o soldado de cavalo para conflito) por causa de experiências simultâneas que teve no passado. Mas quando pensamos na memória ao estilo de James, estamos interessados na passagem do lembrar ao que é vivenciado pelo sujeito – um sentimento de calor e intimidade.

O que interessou a Tulving (1972), desde seu capítulo “Memória Episódica e Semântica”, o qual foi publicado na coletânea *Organização da Memória*, foi dar contornos mais nítidos a esse tipo de memória que interessou a James. Isso porque, de certa forma, a noção de memória que interessava a Spinoza já vinha sendo abordada desde meados dos anos 1960s. Usava-se, e ainda se usa, o rótulo de *memória semântica* para denotar este tipo de memória. É como contraste à memória semântica que Tulving propõe a noção de *memória episódica* (Tulving 1972, 385).

A memória semântica e memória episódica têm propriedades em comum. Afinal de contas, ambas são variedades de memória que se dão à consciência. Além disso, ambas envolvem representações que têm origem na percepção. Voltando, ainda outra vez, ao exemplo de Spinoza, as noções de cavalo, lavoura, e guerra têm origem na percepção. E a lembrança de um evento tem origem na percepção do evento.

Mas há diferenças importantes. A memória semântica habilita o uso da linguagem a partir da aquisição, armazenagem, e evocação de informações de natureza simbólica (Tulving 1972, 386), como, por exemplo, as associações entre cavalo e lavoura, ou cavalo e guerra. A informação processada pela memória semântica é um tipo de conhecimento (Tulving 1972,

387). Por exemplo, o camponês sabe que o cavalo é útil na lavoura, e o soldado sabe que o cavalo é útil na guerra.

A memória episódica é diferente. Em primeiro lugar, a informação não é evocada de uma maneira impessoal, tal como se dá com o conhecimento, mas sim de maneira tal que o sujeito ele mesmo está envolvido, pois memórias episódicas são experiências pessoais que estão em relações espaciotemporais umas com as outras. Além disso, a informação evocada diz respeito a um evento localizado no espaço e no tempo, coisa que não acontece quando se evoca um conceito como o de cavalo. O lembrar episódico é tal que parece haver uma conexão com um evento específico, coisa que não se dá no lembrar semântico. Além disso, o que é lembrado episodicamente se apresenta como localizado antes, durante, ou depois de outros eventos, mas o conceito de cavalo não é temporalmente anterior, simultâneo, ou posterior aos conceitos de lavoura e de guerra – esses conceitos são vinculados pela conexão simultânea, mas não são simultâneos. Neste sentido, lembranças episódicas respondem a perguntas sobre quando algo aconteceu, sendo que a resposta se dá por alguma correspondência entre a experiência e algum sistema de datação, como o relógio ou calendário. Além disso, memória episódica requer algum domínio do conceito de si mesmo, e da própria existência no tempo, pois aquilo que é lembrado se localiza no passado pessoal. Por fim, a memória episódica modifica o conteúdo evocado de maneira radical, pois a evocação o faz aparecer como passado, o que não se dá no evocar semântico (Tulving 1972, 385–89). Em resumo:

A memória episódica se refere a uma memória para experiências pessoais e suas relações temporais, enquanto a memória semântica é um sistema para receber, reter, e transmitir informação sobre o significado de palavras, conceitos, e classificação de conceitos. (Tulving 1972, 401–402, minha tradução)

Em resumo, em 1972, Tulving (1) distingue memória episódica de memória semântica, e (2) caracteriza a memória episódica pelo objeto, o qual é um evento (i) que está localizado no passado pessoal e (ii) que está em relação temporal com outros eventos.

Essa definição será atualizada por Tulving nos anos 1980s, a partir da pesquisa com Kent Cochrane, o paciente primeiramente chamado de NN, depois de KC.

5

A principal característica que distingue a memória episódica de outros tipos de memória é a viagem mental para vivências experienciadas no passado pessoal. Quando o sujeito lembra episodicamente, há qualidades sensoriais e emotivas que são reconhecidas como vinculadas à vivência de um certo evento no passado pessoal de quem lembra. Isso não se dá quando o sujeito lembra semanticamente – isto é, quando o sujeito conhece algo ou sabe que um fato é o caso. No lembrar semântico, a experiência mnêmica é impessoal, pois o sujeito

apenas sente que sabe de algo, sem experienciar qualidades emotivas e sensoriais vinculadas a um contexto espaciotemporal específico e delimitado.

Enquanto memórias semânticas não têm conteúdo sensorial que as vincule a um contexto espaciotemporal específico, podendo ter, portanto, conteúdo meramente proposicional, as memórias episódicas têm conteúdo que envolve “[...] detalhe requintado, assim como perspectiva, imagens e emoção” (Robins 2017, 77, minha tradução). Por causa dessa característica, é problemático dizer que memórias episódicas têm estrutura de natureza meramente proposicional:

A natureza das representações envolvidas na memória episódica individual e no pensamento episódico futuro é uma questão complexa, mas é bastante claro que essas não são (ou não são totalmente) proposicionais. Por um lado, elas incluem detalhe sensorial; quando alguém lembra ou imagina um evento, isso se dá por vistas, sons, e assim por diante [...]. Além disso, frequentemente lembramos/imaginamos esses aspectos de eventos a partir de certa perspectiva [...]. Por outro lado, frequentemente elas têm uma estrutura temporal interna; quando alguém lembra/imagina um evento, alguém o lembra/imagina se desenvolvendo no tempo [...]. Proposições não podem acomodar nem detalhe sensorial, nem estrutura temporal. Parece arbitrário restringir o conteúdo de tais memórias a proposições e tratar os elementos não-proposicionais como contribuindo para o modo de apresentação. Assim, as representações envolvidas na viagem no tempo subjetivo individual não parecem ser de caráter apenas proposicional, e a atitude que alguém adota quanto a elas não é descrita adequadamente como a de crença. (Michaelian e Sutton 2019, 4946, minha tradução)

Assim, não é a melhor opção descrever o conteúdo da memória episódica como sendo estruturalmente proposicional. Proposições são abstratas, conceituais e atemporais. Memórias episódicas são concretas, sensoriais e vinculadas a um espaço-tempo. Seja qual for a estrutura do conteúdo da memória episódica, essa estrutura não parece ser proposicional.

Este ponto merece uma exploração um pouco mais aprofundada. É claro que podemos dizer que algumas memórias são de particulares, enquanto outras memórias são de fatos. As memórias de particulares podem ser de objetos (lembrar da primeira bicicleta), de eventos (do primeiro dia na escola), de sensações (do gosto do sapoti), ou de uma propriedade instanciada (da acidez do gosto de uma laranja). As memórias de fatos podem dizer respeito a algo que se deu no mundo publicamente observável (que o Brasil venceu a Copa de 1994) ou de um fato que diga respeito à vida privada do sujeito (que acreditei na honestidade do meu candidato) – e, é claro, uma memória de um fato pode ser expressa através de uma proposição (Fraga Dantas 2010, 15). No entanto, assim descritas, essas memórias são apenas memórias semânticas, pois nenhuma delas envolve autoconsciência. Assim

sendo, a caracterização de uma memória como sendo proposicional em nada nos ajuda na tarefa de entender a memória episódica.

6

Kent Cochrane (1951–2014), mais conhecido na literatura da área de psicologia como o paciente KC, sobreviveu com sequelas a um grave acidente de moto que sofreu aos trinta anos de idade. O acidente causou muitas e profundas lesões em algumas áreas do cérebro de KC, incluindo os lobos temporais mediais. Como resultado dos ferimentos, KC tornou-se amnésico, mas de uma maneira muito peculiar. KC não esqueceu os conhecimentos que adquiriu antes do acidente, e manteve-se capaz de aprender, reter e evocar novos fatos gerais após o acidente. No entanto, KC perdeu a capacidade de viajar mentalmente para o passado subjetivo. Após o acidente de moto, KC tornou-se incapaz de lembrar – episodicamente, mas não semanticamente – de qualquer evento que vivenciou no passado. KC perdeu todas as memórias episódicas de eventos, seja do passado distante, seja de situações recentes. O máximo que KC conseguia lembrar episodicamente eram os acontecimentos que tinham acontecido nos últimos dois minutos, e não havia nenhum tipo de dica ou gatilho que fosse capaz de fazer KC lembrar episodicamente de algum evento do passado mais profundo, por mais marcante que esse acontecimento pudesse ter sido para ele (Tulving 2002, 12–14).

Na literatura da área de psicologia, o caso do paciente KC é utilizado como evidência de que há, de fato, diferença entre a memória episódica e outros tipos de memória – o que também indicaria que a memória episódica existe, e está intimamente relacionada à temporalidade subjetiva. KC perdeu um modo de experienciar o tempo, mas não perdeu o conceito de tempo. A perda de KC dizia respeito a um certo modo de ter consciência das coisas, não a um modo de conceber intelectualmente as coisas. KC deixou de ser capaz de viajar mentalmente no tempo, mas ainda entendia muito bem o conceito de tempo. O tempo físico não era nenhum mistério para ele. Ele entendia o que era um minuto, uma hora, um dia, uma semana, um mês, ou um ano. Entendia também como medimos o tempo. Entendia relógios, entendia calendários, entendia as tecnologias que usamos para lidar com o tempo. O que ele não podia fazer era experienciar o passado e o futuro subjetivos. KC era incapaz de experienciar novamente os fatos que vivenciou no passado, e também era incapaz de planejar o futuro – fosse esse o futuro imediato ou o futuro distante. Sua dificuldade dizia respeito ao poder de imaginar-se em tempos futuros ou passados. Incidentalmente, esse fato se mostrou importante para os pesquisadores, pois evidenciou que a capacidade de recordar tem íntima relação com a capacidade de planejar (Tulving 2002, 14).

A temporalidade subjetiva tem um conjunto de características. Em primeiro lugar, no tempo subjetivo as informações são, por assim dizer, resumidas. Quando o sujeito lembra, as informações disponíveis para o lembrar episódico são resumidas em relação ao todo de informações relacionadas ao evento originalmente vivenciado. Algo análogo se dá, também, quando o sujeito imagina um evento no seu futuro pessoal. No caso da memória isso se dá, antes de tudo, porque a atenção a aspectos do evento originalmente vivenciado é crucial para que se dê aquisição, armazenamento e evocação de informação – e não é possível

prestar atenção a tudo o que acontece. Sem atenção não há aquisição. Sem aquisição não há armazenamento. Sem armazenamento não há evocação. O mesmo se daria no caso da imaginação do futuro porque, no programa de pesquisa simulacionista, o mesmo sistema cognitivo é responsável pela lembrança do passado e pela imaginação do futuro.

Poderíamos nos perguntar se, no caso de KC, não se trata de algo mais grave do que amnésia. Mas esse não é o caso. Pacientes amnésicos costumam ser muito diferentes de outros pacientes com lesões cerebrais. Quando alguém perde a capacidade de se concentrar e de prestar atenção, de pensar coerentemente, de se comunicar oralmente ou por escrito, de usar ferramentas e tocar instrumentos musicais, de jogar e de seguir regras, de imaginar, a amnésia é quase que uma mazela menor. Um paciente amnésico típico não é assim. Usualmente, o paciente amnésico é normal do ponto de vista cognitivo. Se concentra, presta atenção, raciocina coerentemente, se comunica bem, usa os instrumentos que aprendeu a usar, joga cartas ou xadrez – tudo isso é normal, no caso de um paciente amnésico típico. O único detalhe é que um paciente amnésico típico tem uma memória de alguma maneira encrocada (Tulving 2002, 14–15).

Na Universidade de Toronto, o paciente KC foi estudado durante muitos anos por Endel Tulving e seus colaboradores. Uma das coisas que a equipe queria descobrir era se, de fato, havia um desequilíbrio entre a incapacidade total de KC lembrar de qualquer evento e a capacidade dele de adquirir novas memórias semânticas. Para isso, eles fizeram dois experimentos. No primeiro, os pesquisadores ensinaram a KC uma lista de sessenta e quatro frases com três palavras, como “repórter enviou resenha” e “estudante retirou insinuações”. Depois, em outras seções, pediam para KC completar as frases. Por exemplo, “repórter enviou ...”. No segundo experimento, os pesquisadores ensinaram a KC noventa e seis definições divertidas, como “faz uma massagem diária: escova de dente”. Depois, eles perguntavam que expressão responde à charada. Por exemplo, “faz uma massagem diária: ...”. O resultado dos experimentos foi que, apesar de muito lentamente, KC era capaz de aprender novas informações e retê-las durante meses, apesar de não ter nenhuma lembrança de nenhuma das inúmeras sessões de aprendizado pelas quais passou nos laboratórios da Universidade de Toronto (Tulving 2002, 15).

As lesões no cérebro de KC prejudicaram gravemente a capacidade de KC de se transportar imaginativamente para os tempos subjetivos passado e futuro – capacidade que Tulving chama de consciência *autonoética*. A consciência autonoética é a capacidade de, através da imaginação, colocar-se em tempos passados, tal como fazemos ao lembrar episodicamente, ou em tempos futuros, tal como fazemos ao planejar uma ação. Em contraste, a consciência *noética* é a capacidade de imaginar objetos, propriedades ou estados de coisas sem colocá-los em tempo subjetivo algum. KC perdeu a capacidade de transportar-se imaginativamente no tempo, mas manteve sua bagagem de conhecimentos adquirida antes do acidente, e permaneceu capaz de aprender novas informações gerais, não contextualizadas em nenhum espaço-tempo particular. Assim sendo, KC perdeu sua consciência autonoética, requisito da memória episódica, mas manteve sua consciência noética, requisito da memória semântica, pois o tipo de consciência que é requerido para acessar informações da memória semântica não requer transporte subjetivo no tempo. Ou seja, o que se deu com KC é que, com respeito à memória semântica, KC manteve seus

conhecimentos anteriores, e adquiriu novos conhecimentos; com respeito à memória episódica, ele perdeu a capacidade de adquirir novas lembranças e de viajar mentalmente no tempo para revisitar as experiências que ele vivenciou antes do acidente (Tulving 2002, 13–14).

Se pensamos em sistemas cognitivos a partir da proposta de David Marr (1982), podemos distinguir entre o nível *computacional*, o qual diz respeito à tarefa a ser cumprida por um sistema cognitivo, o nível *algorítmico*, o qual diz respeito à dinâmica a ser implementada pelo sistema cognitivo para cumprir a tarefa, e o nível *implementativo*, o qual diz respeito às estruturas biológicas que realizam a dinâmica que permite ao sistema cognitivo cumprir a tarefa cognitiva. Ora, o acidente de moto aniquilou a capacidade de KC de viajar mentalmente no tempo (nível computacional), pois o processo que precisa ser efetuado para que tal objetivo cognitivo seja cumprido (nível algorítmico) não pode mais ser efetuado pela destruição do sistema cerebral que habilitava sua realização (nível implementativo). As lesões cerebrais prejudicaram a memória de KC no nível da implementação ou realização biológica, o que impossibilitou a realização dos processos cognitivos que permitem a viagem mental no tempo. Isso se deu sem que houvesse nenhuma ruptura no processamento de informações via memória de trabalho. Ou seja, KC conseguia se expressar com clareza, e seguia o rumo de uma conversa com fluência. Além disso, KC não perdeu habilidades e conhecimentos gerais que havia adquirido no passado. Ele ainda era capaz de jogar xadrez e de tocar órgão, e tinha informações sobre a casa onde morou, a escola que frequentou e o carro que teve. Ele também conseguia imaginar coisas (Tulving 2002, 13).

O que KC não conseguia fazer, por ter perdido a consciência autoconsciente, era lembrar do passado e imaginar seu futuro pessoal. Supondo que a causa do problema de KC é encefálica, isso dá força à tese que as mesmas redes neurais são responsáveis tanto pelo lembrar quanto pelo imaginar o futuro. (No entanto, isso nada diz sobre se devemos, ou não, individuar um poder cognitivo pelas áreas encefálicas que o tornam possível em situações normais.)

Em resumo, nos anos 1980, Tulving atualiza a definição de memória episódica de modo a que a característica que a distingue da memória semântica é a viagem no tempo subjetivo para o passado pessoal.

7

A contribuição de Tulving para a definição da memória episódica mostra-se bastante fértil para a investigação filosófica. Como já foi dito, ainda que de maneira espirituosa, “A mais segura caracterização da conversa sobre memória episódica é que esta consiste em uma série de notas de rodapé a Tulving” (Andonovski 2020, 336, minha tradução). O que segue é uma reinterpretação em chave filosófica da redefinição de memória episódica que Tulving propõe nos anos 1980. Trata-se de um esforço hermenêutico para a interpretação da autoconsciência como característica essencial da memória episódica.

Filósofos da memória debatem se é *necessário* haver uma conexão causal entre o evento E e a representação mental de E para que o estado mental que veicula a representação seja uma

memória (Martin e Deutscher 1966; Bernecker 2010; Michaelian 2016; Michaelian e Robins 2018; Sant’Anna e Michaelian 2019). Neste exercício interpretativo, vou começar supondo que tal vínculo causal é necessário. Mas nada direi, contudo, quanto à questão de se este vínculo é *suficiente* para diferenciar memória de outros tipos de estados mentais (Debus 2010).

Assim, inicialmente considerarei que uma ocorrência cognitiva conta como memória, no sentido mais amplo do termo “memória”, se satisfaz a condição causal. Todos os tipos de memória investigados pela psicologia cognitiva e pela neurobiologia satisfazem este critério. Isto é, tanto as variedades de memória procedural (incluindo aprendizado motor) quanto as variedades de memória declarativa (incluindo memória semântica e memória episódica) satisfazem o critério causal. Algo mais, portanto, é requerido para distinguir não memória de imaginação, mas uma variedade de memória de outra variedade de memória.

Este elemento a mais é o assim chamado processo E-S-R, sigla de *encoding* (aprendizado), *storage* (armazenagem) e *retrieval* (evocação). No caso de memória procedural, não se completa o processo de aquisição, armazenagem e evocação de informação, pois nada é evocado, mas há evocação no caso da memória declarativa. Assim, ainda que tanto memória procedural quanto memória declarativa satisfaçam o critério causal, apenas memórias declarativas satisfazem o critério estabelecido pelo processo E-S-R, de modo que esse critério permite que se distinga entre memória procedural e memória declarativa, pois uma memória procedural satisfaz apenas o critério causal, enquanto uma memória declarativa satisfaz o critério causal e o critério estabelecido pelo processo E-S-R.

No entanto, esses dois critérios são insuficientes para distinguir entre as variedades de memória declarativa. Há duas variedades de memória declarativa: a memória semântica e a memória episódica. Memória semântica se dá quando uma informação fatural e impessoal adquirida no passado e armazenada (de alguma maneira) no encéfalo é evocada na forma de saber. Por exemplo, se perguntado sobre *a capital do Peru*, o agente responde *Lima*. Memória episódica se dá quando uma experiência do passado pessoal é revivida nos seus aspectos sensoriais e emocionais através da consciência auto-noética (Tulving 1985). Assim, o que diferencia memória de imaginação é o critério causal, o que diferencia memória procedural de memória declarativa é o processo E-S-R, e o que diferencia memória semântica de memória episódica é a consciência auto-noética (Michaelian 2015, 477). A Tabela 1 sintetiza estes dados.

		Causalidade	Processo E-S-R	Autooese
<i>Procedural</i>		Sim.	Não.	Não.
<i>Declarativa</i>	<i>Semântica</i>	Sim.	Sim.	Não.
	<i>Episódica</i>	Sim.	Sim.	Sim.

Tabela 1: Critérios para distinguir variedades de memória.

Mais recentemente, a partir da assimilação pelos filósofos de investigações neurobiológicas motivadas pelo conceito de autoconsciência, alguns filósofos da memória desafiaram o causalismo. Crucialmente, alguns filósofos pós-causalistas da memória consideram como elemento-chave para a compreensão da memória episódica o fato que o pensamento episódico, seja para o passado, seja para o futuro, seja para o mundo atual, seja para um mundo possível, é possibilitado por uma única e mesma estrutura neural: o lobo temporal, com destaque para o hipocampo (Addis, Wong, e Schacter 2007). Assim, de acordo com esses filósofos, os quais usualmente são chamados de *simulacionistas*, a teoria causal da memória não se adequa facilmente ao que se sabe sobre a memória episódica (De Brigard 2014; Michaelian 2016). De acordo com a visão proposta por diversos psicólogos cognitivos, a qual é seguida de perto pelos simulacionistas, é preciso considerar dois aspectos. Primeiro, que a memória episódica é, taxonomicamente, ao lado do pensamento episódico para o futuro, ou para uma situação meramente possível, uma variedade de viagem no tempo subjetivo (Suddendorf e Corballis 1997, 2007). Outras variedades do mesmo gênero seriam o planejamento de ações futuras e a consideração de situações meramente possíveis. Segundo, que a recordação episódica é produzida por um sistema biológico de construção (no caso de planos para o futuro) ou reconstrução (no caso de lembranças) de simulações de situações episódicas (Addis, Wong, e Schacter 2007). O que os simulacionistas fazem notar é que, assim sendo, parece que pode haver reconstrução de uma vivência passada sem que haja, necessariamente, vínculo causal apropriado entre a vivência passada e a recordação presente (Michaelian 2016).

Em resumo, com respeito à questão clássica sobre a distinção entre memória e imaginação, há duas posições centrais no debate contemporâneo: o causalismo e o simulacionismo. De acordo com o causalismo, é necessário que haja um vínculo causal apropriado entre experiência passada de um evento E e evocação autoconsciente deste evento E para que a experiência mental seja um caso de lembrança em vez de ser um caso de imaginação. De acordo com o simulacionismo, pode haver experiência mnêmica de caráter episódico (pois autoconsciente) mesmo que não haja o suposto vínculo causal apropriado.

Dadas essas duas posições, o debate contemporâneo se dá em duas frentes. Na primeira frente, disputa-se se de fato há, ou não, distinção de natureza entre memória e imaginação. Filósofos causalistas defendem que sim, seja por considerações de natureza conceitual (Bernecker 2010; Robins 2018), seja por considerações de natureza empírica: os processos e mecanismos neurais do lembrar episódico seriam suficientemente distintos dos processos e mecanismos neurais do imaginar o futuro (Schacter et al. 2012; Perrin 2016). Na segunda frente, filósofos causalistas questionam a capacidade dos filósofos simulacionistas de explicar a diferença entre memória e confabulação, e vice-versa, pois filósofos simulacionistas também questionam a capacidade dos filósofos causalistas de explicar a diferença entre memória e imaginação.

Assim, a investigação de Tulving sobre a natureza da memória episódica, a qual responde problemas de natureza conceitual que são antecipados pela investigação filosófica, e

explicam fenômenos empíricos, serve de base para a abordagem do problema da natureza do lembrar a partir daquelas que seriam suas condições necessárias.

9

Tendo apresentado as principais características menos controversas da memória episódica, passo para uma questão um pouco mais delicada: a memória episódica é de primeira ou de segunda ordem?

Há bons argumentos em favor da tese que a memória episódica é de segunda ordem. Um desses argumentos diz respeito ao requisito da consciência de si para haver lembrança episódica. Para que um sujeito lembre episodicamente, é preciso que duas condições sejam satisfeitas. Primeiro, que ele construa e sustente imaginativamente um evento complexo e coerente que não se localiza no presente – isto é, que o sujeito exerça seu poder de viajar mentalmente no tempo. Segundo, que o sujeito se projete como estando neste cenário imaginado que se apresenta da perspectiva do passado temporal. Ora, mas se essas condições têm que ser satisfeitas, então é preciso que o sujeito tenha consciência de si. Afinal de contas, é preciso que o sujeito se projete como participando do evento imaginado, e isso não pode ser feito sem que o sujeito tenha consciência de si como se localizando num evento passado (Suddendorf e Corballis 1997).

Referências

- Addis, Donna Rose, Alana T. Wong, e Daniel L. Schacter. 2007. “Remembering the past and imagining the future: Common and distinct neural substrates during event construction and elaboration”. *Neuropsychologia* 45 (7): 1363–77.
<https://doi.org/10.1016/j.neuropsychologia.2006.10.016>.
- Andonovski, Nikola. 2020. “Singularism about episodic memory”. *Review of Philosophy and Psychology* 11 (2): 335–65. <https://doi.org/10.1007/s13164-020-00464-y>.
- Bartlett, Frederic C. 1995. *Remembering: a study in experimental and social psychology*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Bernecker, Sven. 2010. *Memory: a philosophical study*. Oxford: Oxford University Press.
- Brigard, Felipe De. 2014. “Is memory for remembering? Recollection as a form of episodic hypothetical thinking”. *Synthese* 191 (2): 155–85.
<https://doi.org/10.1007/s11229-013-0247-7>.
- Debus, Dorothea. 2010. “Accounting for epistemic relevance: A new problem for the causal theory of memory”. *American Philosophical Quarterly* 47 (1): 17–29.
<http://www.jstor.org/stable/40606900>.
- Ebbinghaus, Hermann. 1885. *Über das Gedächtnis: Untersuchungen zur experimentellen Psychologie*. Leipzig: Verlag von Duncker & Humblot.
<https://archive.org/details/berdasgedcht00ebbi>.
- Espinosa, Baruch de. 2015. *Ética*. Traduzido por Grupo de Estudos Espinosanos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Fraga Dantas, Danilo. 2010. *Memória incerta: lembranças, falsas lembranças e as ciências da memória*.

- Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
<http://hdl.handle.net/10183/36046>.
- James, William. 1890. *The principles of psychology, vol. I*. New York: Henry Holt and Company.
<https://archive.org/details/theprinciplesofp01jameuoft>.
- Marr, David. 1982. *Vision: a computational investigation into the human representation and processing of visual information*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Martin, Charles Burton, e Max Deutscher. 1966. “Remembering”. *The Philosophical Review* 75 (2): 161–96. <http://www.jstor.org/stable/2183082>.
- Michaelian, Kourken. 2015. “Opening the doors of memory: Is declarative memory a natural kind?” *Wiley Interdisciplinary Reviews: Cognitive Science* 6 (6): 475–82.
<https://doi.org/10.1002/wcs.1364>.
- . 2016. *Mental time travel: episodic memory and our knowledge of the personal past*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Michaelian, Kourken, e Sarah K. Robins. 2018. “Beyond the causal theory? Fifty years after Martin and Deutscher”. In *New directions in the philosophy of memory*, organizado por Kourken Michaelian, Dorothea Debus, e Denis Perrin, 13–32. London: Routledge.
<https://philpapers.org/rec/MICBTC>.
- Michaelian, Kourken, e John Sutton. 2019. “Collective mental time travel: remembering the past and imagining the future together”. *Synthese* 196 (12): 4933–60.
<https://doi.org/10.1007/s11229-017-1449-1>.
- Perrin, Denis. 2016. “Asymmetries in subjective time”. In *Seeing the Future: Theoretical Perspectives on Future-Oriented Mental Time Travel*, organizado por Kourken Michaelian, Stanley B. Klein, e Karl K. Szpunar, 39–61. Oxford: Oxford University Press.
- Robins, Sarah K. 2017. “Memory traces”. In *The Routledge handbook of philosophy of memory*, organizado por Sven Bernecker e Kourken Michaelian, 76–87. London: Routledge.
- . 2018. “Memory and Optogenetic Intervention: Separating the Engram from the Ecphory”. *Philosophy of Science* 85 (5): 1078–89. <https://doi.org/10.1086/699692>.
- Sant’Anna, André, e Kourken Michaelian. 2019. “Teorias sobre o lembrar: causalismo, simulacionismo e funcionalismo”. *Voluntas* 10 (3): 8–36.
<https://doi.org/10.5902/231654640445>.
- Schacter, Daniel L., Donna Rose Addis, Demis Hassabis, Victoria C. Martin, R. Nathan Spreng, e Karl K. Szpunar. 2012. “The Future of Memory: Remembering, Imagining, and the Brain”. *Neuron* 76 (4): 677–94. <https://doi.org/10.1016/j.neuron.2012.11.001>.
- Suddendorf, Thomas, e Michael C. Corballis. 1997. “Mental time travel and the evolution of the human mind”. *Genetic, Social & General Psychology Monographs* 123 (2): 133–67.
https://www.researchgate.net/publication/292514522_Mental_Time_Travel_and_the_Evolution_of_the_Human_Mind.
- . 2007. “The evolution of foresight: What is mental time travel, and is it unique to humans?” *Behavioral and Brain Sciences* 30 (3): 299–313.
<https://doi.org/10.1017/S0140525X07001975>.
- Tulving, Endel. 1972. “Episodic and semantic memory”. In *Organization of Memory*, organizado por Endel Tulving e Thomas Donaldson, 381–402. New York: Academic

Press. http://web.media.mit.edu/~jorkin/generals/papers/Tulving_memory.pdf.

———. 1985. “Memory and consciousness”. *Canadian Psychology/Psychologie canadienne* 26 (1): 1–12. <https://doi.org/10.1037/h0080017>.

———. 2002. “Episodic memory: from mind to brain”. *Annual Review of Psychology* 53: 1–25. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.53.100901.135114>.